

Fundo fica com trabalhador

O senador Maurício Corrêa, candidato da Frente Popular, e o deputado Augusto Carvalho, que integra essa coligação, além de vários dirigentes de sindicatos de trabalhadores, obtiveram a garantia do ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antônio Rogério Magri, de que o governo não vai patrocinar um projeto de lei tornando obrigatória a contratação de instituições financeiras privadas para gerir os recursos dos fundos de pensão federal e estadual dos trabalhadores.

De acordo com o senador Maurício Corrêa, o ministro do Trabalho e da Previdência Social assegurou que a administração financeira

desses fundos continuará sendo gerida pelos trabalhadores. A ida dos parlamentares a Rogério Magri foi gerada por notícias da imprensa de que o Governo Federal, sob o patrocínio daquele Ministério e com o envolvimento do Conselho de Valores Mobiliários, está estudando o envio de um projeto de lei ao Congresso determinando a contratação de instituições financeiras privadas para administrarem as carteiras de ações dos fundos de pensão, que são arrecadados junto às entidades classistas dos trabalhadores. O custo dessa administração seria entre 1% e 2%, enquanto a gestão feita internamente pelos trabalhadores fica entre 0,2% e 0,5%.